
Índia: as lutas florestais na encruzilhada

Ainda é possível encontrar verdadeiras florestas e paisagens selvagens na Índia, algumas delas com uma antiga vegetação climática, apesar de devastação geral que essas paisagens sofreram nas épocas colonial e pós-colonial. Além das florestas tropicais nas ilhas Andaman, bem como os chamados Gates Ocidentais montanhosos do Himalaia e do nordeste da Índia, o país também tem muitas coníferas naturais, florestas de folhosas e temperadas cobrindo grande parte do Himalaia, a floresta decídua úmida Sal (*Shorea robusta*) do leste e do centro da Índia, a floresta decídua seca (principalmente teca – *Tectona grandis*) na Índia central e do sul e a floresta espinhosa dominada por babuls (goma arábica - *Acacia Nilotica*) do Deccan central e das planícies do Ganges ocidental. Os *Adivasis* (1), comunidades indígenas que vivem nas florestas da Índia, compartilham os habitats florestais com outras comunidades. Na maioria das áreas, as florestas ainda lhes oferecem comida e energia, bem como uma parcela importante de sua subsistência.

As florestas, no entanto, sempre foram espaços polêmicos na Índia. Inicialmente, receberam ‘melhorias’ para que se transformassem em terras agrícolas como geradoras de renda e em assentamentos humanos, antes e durante a era colonial. Mais tarde, foram fechadas e desmatadas para dar espaço a áreas mais ‘produtivas’, como as monoculturas e os projetos de ‘desenvolvimento’ – por exemplo, grandes represas, mineração, instalações militares e estradas. Na virada deste século, a política florestal oficial havia tendido à conservação, e se interrompeu o corte aleatório da vegetação natural. Isso, porém, não se traduziu em ajudas tangíveis para as comunidades florestais. Pelo contrário, a face conservacionista do manejo florestal do Governo fez coisas piores: nas novas ‘áreas protegidas’, como santuários da vida selvagem, parques nacionais e reservas de tigres, as pessoas perderam todo o acesso ao uso das florestas, enquanto as áreas florestais remanescentes continuavam a ser cortadas para ‘fins de desenvolvimento’.

Na Índia, comunidades florestais, movimentos sociais e alianças de base há muito tempo defendem as florestas e seu acesso e controle sobre os espaços florestais. As lutas têm se tornado cada vez mais difíceis. O partido direitista Bharatiya Janata Party (BJP) venceu as eleições parlamentares de 2014, marcando mais um divisor de águas na história das lutas pelas florestas. Seguindo uma agenda corporativa explícita, o novo ministro de Meio Ambiente e Florestas declarou que o desenvolvimento econômico do país não deve ser contido por razões ambientais. Posteriormente, esse ministério deu início a um processo para diluir a mais forte (e, portanto, mais polêmica) lei ambiental da Índia: a Lei de Direitos sobre a Floresta (*Forest Rights Act, FRA*). Nos últimos anos, as lutas dos povos e populações que dependem da floresta no país se concentraram na aplicação dessa Lei. Esse foco conseguiu arrancar grandes avanços do governo anterior, do partido *United Progressive Alliance* (UPA), enquanto enfrentava forte oposição dos *lobbies* corporativo e de defesa da vida selvagem. As tentativas de diluir a lei representam uma enorme ameaça às lutas, concretamente, bem como na formação de diversas alianças subnacionais e nacionais.

Os esforços para agradar às grandes empresas começaram durante os últimos meses do governo

da UPA. Olhando em retrospectiva, talvez se possa dizer que o excesso de ênfase dado à FRA por movimentos sociais e organizações populares teve um impacto cumulativo prejudicial sobre lutas dos povos e populações que dependem das florestas na Índia. No final das contas, as políticas ambientais do país são definidas e executadas por um Estado que acredita na hegemonia neoliberal sobre a natureza e os recursos naturais. Uma breve olhada no contexto histórico do surgimento da FRA e alguns eventos ocorridos desde então pode ser útil para compreender a dinâmica das lutas florestais no país.

A Lei conhecida como FRA define 'florestas' como todas as paisagens florestais e selvagens percebidas e usadas como tais pelas comunidades, independentemente de sua situação de propriedade/titularidade oficialmente registrada/reconhecida. Isso fez com que todas as formas de cerceamentos florestais (incluindo áreas de conservação oficiais) fossem abertas às comunidades. No entanto, ao definir as comunidades cujos direitos ela diz reconhecer e proteger, a Lei discrimina. Enquanto para membros de "Tribos Oficializadas" que vivem em florestas (tribos reconhecidas como tais pelo Governo de tempos em tempos), ela fornece uma data para provar sua residência na área mais recente, de Dezembro de 2005 (a Lei foi criada em 2006), no caso de Outros Habitantes Tradicionais da Floresta, exige-se prova de residência há três gerações (ou seja, 75 anos).

FRA: novos contextos para as lutas pelas florestas

Um *lobby* forte e estratégico de grupos ativistas, juntamente com um movimento popular, levou à maior mobilização sobre os direitos dos povos e populações que dependem da floresta que a Índia jamais vira. Isso resultou, em 2006, na aprovação da lei de "Tribos Oficializadas e Outros Moradores Tradicionais das Florestas", mais conhecida como FRA ou Lei dos Direitos sobre a Floresta. A Lei, que entrou em vigor em 2008, deu um novo contexto às lutas dos povos e populações da floresta no país ao obrigar o discurso até então 'marginal' de quem possui e – no futuro – governará florestas a entrar no contexto político principal. Desde que o primeiro projeto de lei foi apresentado em 2005, as ONGs de conservação, uma parcela dos meios de comunicação indianos e até mesmo parte do Governo continuaram se opondo à proposta de lei porque ela supostamente destruiria a vida selvagem indiana que já vinha diminuindo, principalmente os tigres. Os ativistas favoráveis à lei, por outro lado, mobilizaram com sucesso a opinião política principal em favor do projeto, em especial a esquerda política. Eles também obtiveram um considerável apoio de grupos ambientalistas internacionais. No entanto, quando finalmente chegou, a nova Lei era uma versão diluída do projeto muito mais radical elaborado pela Comissão Parlamentar Mista constituída para essa finalidade. Grupos de base acusaram o Governo de sabotar a Lei, mas chamaram à preparação para uma longa luta por sua implementação, porque os movimentos temiam que os órgãos governamentais tentassem impedir que ela fosse devidamente aplicada.

Apesar do enfraquecimento, a FRA foi uma lei verdadeiramente histórica. Ela admite que os *Adivasis* e outros povos da floresta na Índia que têm sido privados historicamente de seus direitos justos a proporcionar um mecanismo para o reconhecimento de um conjunto desses direitos, inclusive sobre posse e terras cultiváveis??, propriedade de todos os produtos florestais não madeireiros, direitos de pesca e direitos da comunidade de como usar áreas para pastagens. Além disso, a Lei prevê a restauração dos direitos consuetudinários como o *Nistar* (direito de uso e coleta em terras comuns destinadas a esse fim) que sucessivos governos haviam violado desde a tomada gradual e, muitas vezes, pouco legal, do Estado sobre as florestas comunitárias/privadas, que começou em 1955,

após a independência da Índia. Afirma-se claramente que, sob a FRA, os direitos podem ser reivindicados em todas as formas de florestas, incluindo Áreas Protegidas, substituindo as disposições constantes de outras leis que possam negar esses direitos às comunidades florestais. Mais importante, a FRA dá poderes às instituições da aldeia, como o *Gram Sabha* (2) para governar suas próprias florestas comunitárias, bem como todas as outras florestas das quais elas dependem. De acordo com essa lei, as instituições comunitárias podem interromper qualquer projeto se ele prejudicar sua herança cultural ou natural, e podem tomar medidas para proteger e conservar as florestas, a vida selvagem e a biodiversidade. A “Luta pela Niyamagiri”, em que as comunidades locais pararam uma mina de bauxita no estado de Odisha, é um exemplo claro em que a lei foi usada com sucesso.

A luta pela Niyamagiri

Na cordilheira dos Gates Orientais, ao longo da costa leste da Índia, os *Dongria Kondhs*, uma comunidade *Adivasi*, resistiu a um ataque concertado pelo poder do Estado e de grandes empresas à sua roça comunitária, suas terras e suas florestas (e também sua colina sagrada chamada Niyamagiri – a morada do *Niyama Raja*). Os Gates Orientais sustentam vários tipos de florestas, incluindo a decídua úmida, decídua seca, perene seca, arbustos espinhosos e arbustos. Os *Kondh* disseram um firme não a todas as propostas de ‘desenvolvimento’ feitas pelo Governo, como a construção de estradas e empregos em fábricas e minas, e não desistiram, mesmo diante da repressão severa: os líderes do movimento haviam sido ameaçados, gravemente espancados e presos. O governo do estado de Odisha tentou tudo o que podia para fazer avançar o projeto de mineração de bauxita da Vedanta Ltd, a maior empresa de mineração e metais não ferrosos na Índia, com sede no Reino Unido. No entanto, não havia muito que o Governo pudesse fazer quando, em meados de 2013, todos os *Gram Sabhas* da área rejeitaram a proposta de mineração.

O Ministério de Florestas e Meio Ambiente havia retirado inicialmente a autorização ambiental para o projeto de mineração em 2009, citando o não cumprimento da FRA. Após os recursos chegarem ao Supremo Tribunal da Índia, tomou-se uma decisão histórica em abril de 2013, afirmando que os valores culturais e os direitos espirituais das comunidades locais têm de ser respeitados segundo os direitos previstos pela FRA. Ele determinou que os povos indígenas que vivem na área da Niyamagiri decidiriam se queriam a mina ou não. Além disso, também houve uma vigorosa campanha dentro e fora da Índia para defender os direitos dos *Dongria Kondh* sobre sua colina sagrada. Apesar de conflitos internos às vezes amargos e cáusticos, a campanha testemunhou uma rara união de movimentos sociais, agências doadoras e formações políticas. Embora a FRA tenha sido eficaz, neste caso, para salvaguardar os direitos dos *Adivasi* sobre suas terras, a expansão de um sistema impulsionado pelo crescimento econômico está roubando as florestas e os meios de subsistência deles e de outros povos rurais.

Implementação oficial da FRA: motivação política e antidemocrática

De um modo geral, no entanto, a implementação da Lei pelo governo se transformou em um exercício apressado, com motivações políticas e antidemocráticas, no qual as pessoas não tiveram qualquer papel. As disposições sobre direitos da comunidade sobre governança e uso das florestas foram prejudicadas. Ignorou-se o papel do *Gram Sabha*, a instituição central da FRA. Grupos ativistas alegam que o Departamento Florestal, subordinado ao Ministério de Florestas e Meio Ambiente, havia influenciado e subvertido o processo de implementação da FRA em áreas de conservação da vida selvagem. Estava em curso um processo de ‘relocalização’ de aldeias nas áreas de tigres existentes e potenciais, violando a FRA e a Lei de Proteção da Vida Selvagem (emenda de 2006), que condicionava essas relocalizações a consentimento escrito, prévio e

informado do *Gram Sabha* (o que só poderia acontecer após o processo de reconhecimento de direitos estar completo). A atitude dúbia do Estado com relação à questão dos direitos florestais reflete suas contradições políticas internas. As necessidades eleitorais práticas de obter os votos dos *Adivasi* e a política de contenção da crescente agitação política nas áreas afetadas pelos maoístas demandam a implementação da FRA. No entanto, outro conjunto de necessidades políticas exige que a floresta continue a ser um espaço estatal onde as comunidades possam ter, na melhor das hipóteses, um acesso ‘periférico’.

Qual o rumo das lutas florestais? O cenário pós-FRA

A repressão do Estado em áreas de floresta na Índia aumentou nos anos seguintes à promulgação da FRA, à medida que o governo indiano lançava uma grande ofensiva militar contra os guerrilheiros maoístas que operam em áreas com florestas densas, principalmente no corredor florestal leste-centro-sul, e controlam uma grande parte das florestas do país (3). Não se tentará fazer aqui uma discussão elaborada sobre o movimento maoísta. No entanto, é importante mencionar que os maoístas são conhecidos por usar as questões dos direitos florestais como estratégia organizativa para mobilizar os *Adivasis* e, onde quer que eles tenham criado zonas ‘liberadas’ (como em Dankaranya, na fronteira Chattisgarh-Andhra / Pradesh-Maharashtra), as comunidades têm aparentemente tomado as florestas. Em outras áreas dominadas pelos maoístas, como as florestas de Saranda, distrito de Singhbhum, estado de Jharkhand, funcionários florestais haviam abandonado seus escritórios.

Se levamos em conta o movimento maoísta, os movimentos em florestas indianas têm agora duas tendências definidas. Uma, a campanha bem organizada e predominantemente violenta contra o Estado indiano liderada pelo maoísta Partido Comunista da Índia (CPI, por sua sigla em Inglês); a outra, um conjunto de diversos movimentos populares, pouco definido, muitas vezes mal organizado e, sobretudo, atuando localmente. Esta tendência inclui a Campanha de Sobrevivência e Dignidade (CSD, por sua sigla em Inglês), o Fórum Nacional de Povos da Floresta e Trabalhadores Florestais da Índia (NFFPFW, por sua sigla em Inglês), agora extinto – os grupos envolvidos no processo se reagruparam desde então em duas outras formações: Fórum de Movimentos Florestais de Toda a Índia (AIFFM, por sua sigla em Inglês) e União de Povos Trabalhadores da Floresta de toda a Índia (AIUFWP, por sua sigla em Inglês) – e outros grupos diversos. Apesar de sua natureza inerentemente anárquica e localizada, há uma tendência crescente entre os movimentos a assumir uma posição mais política sobre questões como a maneira de se envolver com um Estado cada vez mais militar e anti-povo e se as formas mais antigas de movimentos democráticos não violentos continuarão a ser eficazes diante da repressão estatal.

Apesar de suas críticas à FRA, os movimentos sociais não partidários da Índia se concentraram mais na sua implementação do que em qualquer outra coisa. Significativas mobilizações comunitárias em muitas partes do país, à medida que as pessoas tentam afirmar seu controle sobre as florestas, dão testemunho disso. Novas lutas surgiram em Jharkhand, Orissa, Bengala do Norte, Maharashtra, Uttar Pradesh, Uttarakhand, Gujrat, Madhya Pradesh e também em Tamil Nadu – todas as quais consideram a implementação da FRA mais como uma luta popular de longo prazo pelo controle das florestas do que como um processo burocrático. Os movimentos sociais agora enfatizam a necessidade de usar a FRA nas lutas presentes e futuras para combater a agressão do capital em áreas florestais e fortalecer o controle da comunidade sobre as florestas. A luta relativa a quem decide como as florestas serão usadas também está sendo cada vez mais vista como uma luta por uma ordem social melhor e mais justa, embora persistam diferenças e ambiguidades sobre as percepções políticas e importantes questões organizacionais estratégicas em níveis interno e externo aos movimentos.

Nem todas as forças que agem com relação aos direitos da floresta e reivindicam direitos comunais têm uma agenda tão abertamente política. Deve-se dizer que o processo de politização dos movimentos que lutam por florestas/recursos comuns funciona quase em paralelo a outro processo dominado por grandes ONGs e agências doadoras – o que, por casualidade ou deliberadamente, promove a despolitização das lutas.

A visibilidade crescente das grandes ONGs

Como movimentos mais politizados, as ONGs também estão tentando estabelecer alianças. Algumas perguntas permanecem sobre se (e como), em um contexto fortemente financiado, as formações de redes de ONGs poderiam conseguir estabelecer ligações com os movimentos sociais. E, mais importante, se essas formações, em última análise, só cumprem a agenda do Estado voltada a criar um tampão gerenciável da sociedade civil nas florestas indianas – um território que passou à influência do movimento de esquerda radical nos últimos anos. É possível que esses grupos, por tomar um caminho intermediário entre os movimentos de esquerda e o Estado, e defender reformas sociais apenas dentro da estrutura desse Estado, muitas vezes ocupem esse espaço de tampão. Isso poderia acabar diluindo as reivindicações políticas levantadas pelos movimentos sociais – principalmente a reivindicação de que as florestas sejam recursos comuns independentes, de propriedade das comunidades. Os movimentos sociais têm trabalhado de perto com grupos nesse campo, mas há dúvidas de que os resultados políticos e táticos desse trabalho conjunto jamais sejam plenamente alcançados. ONGs neoliberais do país estão agora visando diretamente o domínio dos “direitos florestais” – um conhecido *think tank* neoliberal, o Liberty Institute, está se empenhando na implementação da FRA.

Capital e Estado em luta: os desafios pela frente

A questão não é que a presença do capital nas florestas da Índia vá ser maior à medida que passem os dias nem que o Estado continue a enfraquecer e diluir a FRA para criar um ambiente favorável aos investidores. Em um contexto neoliberal, isso é o que se espera. A verdadeira questão para os movimentos é o quanto bem e rapidamente eles percebem e internalizam as lições políticas da luta pela lei e sua implementação. Uma lição é que, se os movimentos não desassociarem sua estratégia política central do processo de implementação da FRA controlado pelo Estado e cada vez mais dominado por ONGs, é provável que eles deixem de ser politicamente visíveis. Essa visibilidade já é muito pequena quando se considera a expansão territorial enorme das florestas indianas e a diversidade das comunidades que vivem nelas. Isso, por sua vez, exige que os movimentos formulem essas estratégias políticas em primeiro lugar, tendo em mente um cenário em que o Estado não estará mais aberto a negociações, e as vantagens proporcionadas pela FRA desaparecerão de forma gradual, se não totalmente. A demanda pela expansão dessas vantagens (e a oposição a qualquer tentativa de solapá-las) tem que estar fortemente ancorada no entendimento político de que cada luta influente nas bases cria seu próprio contexto. Além disso, as lutas, como conjunto, não devem sofrer de uma compreensão desinformada e parcial sobre o que um Estado direitista neoliberal realmente é capaz de fazer. A estratégia central deve ser a de fortalecer as lutas existentes a partir de baixo, construir mais dessas ilhas de resistência e a seguir, ligá-las, primeiro politicamente e depois, organizativamente.

Soumitra Ghosh está associado ao NBFFPFW (North Bengal Forum of Forest People and Forest Workers) e ao AIFFM (All India Forum of Forest Movements).

E-mail: soumitrag@gmail.com

(1) *Adivasi* é um termo genérico para os povos indígenas heterogêneos na Índia.

(2) Tal como é definido na FRA, o *Gram Sabha* é a assembleia aberta de todos os adultos residentes em uma “*gram*” ou aldeia. Embora seja teoricamente convocada pelo *Gram Panchayat*, uma instituição de autogoverno local em nível de aldeia ou pequena cidade na Índia, na FRA, o *Gram Sabha* é um órgão independente. Ele pode existir em todas as áreas florestais com população de Tribos Oficializadas que habitam a floresta e/ou outros de seus habitantes tradicionais, independentemente desses assentamentos florestais serem oficialmente reconhecidos como aldeias.

(3) Para obter informações sobre o atual movimento maoísta, consulte Chakrabarty S., *Red Sun*, Delhi, 2009, Roy A., *Walking With the Comrades*, Outlook India, <http://www.outlookindia.com/article.aspx?264738>, Nawlakha, G., *Days and Nights in the Heartland of Rebellion*, Reino Unido, 2012. Para a gênese do movimento maoísta na Índia, ver Banerjee, S., *In the Wake of Naxalbari*, Kolkata, 1980.